

## BASE AÉREA DE ANÁPOLIS

## Estudo Técnico Preliminar 47/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67281.002604/2026-08

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação tem por finalidade atender à necessidade administrativa de disponibilização de infraestrutura adequada para suporte à instalação de Estação Rádio Base (ERB) de telefonia móvel, com tecnologia 4G/5G, nas dependências da BAAN, por meio da cessão de uso de área destinada à implantação de poste metálico. A demanda decorre da inexistência, no âmbito da organização, de estruturas verticais aptas a suportar equipamentos de telecomunicações compatíveis com os padrões tecnológicos atuais, o que inviabiliza a adequada prestação de serviços de comunicação móvel no local. Atualmente, verifica-se deficiência significativa na cobertura e na qualidade do sinal de telefonia móvel, ocasionando limitações na comunicação do efetivo militar, com potenciais impactos na execução de atividades operacionais, administrativas e de coordenação institucional. Dessa forma, a solução pretendida visa suprir a lacuna de infraestrutura existente, possibilitando a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações móveis, em consonância com o interesse público, a eficiência administrativa e a necessidade de modernização dos meios de comunicação institucional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ETIC	2º TEN QOCON ANS DANIEL COUTO MARQUES

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

## 4.1. Padrões Técnicos e de Desempenho

4.1.1 Tecnologia: A infraestrutura deverá ser compatível com as tecnologias de telecomunicações móveis 4G e 5G, devendo possuir capacidade de evolução tecnológica, garantindo desempenho adequado, alta disponibilidade, estabilidade de conexão e aderência às regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações.

4.1.2 Infraestrutura Física: Deverá ser implantado poste metálico do tipo dodecagonal cônico, com altura aproximada de 30 (trinta) metros e diâmetro de base de 65 (sessenta e cinco) centímetros, fabricado em aço estrutural conforme a norma ASTM A572, com galvanização a fogo em conformidade com a ABNT NBR 6323, assegurando resistência mecânica, durabilidade e proteção contra corrosão.

4.1.3 Instalação: A instalação deverá ser realizada com fixação direta ao solo com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme diretrizes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Deverão ser observadas as normas aplicáveis, em especial: ABNT NBR 6122 e ABNT NBR 8800. A implantação deverá garantir estabilidade estrutural e segurança operacional, não oferecendo riscos a pessoas ou bens.

## 4.2. Requisitos Elétricos e de Controle

4.2.1 Alimentação de Energia: O sistema deverá operar com consumo máximo estimado de 13,6 kW e corrente nominal de até 63 A, devendo atender integralmente à ABNT NBR 5410, contemplando dispositivos de proteção, seccionamento e aterramento adequados.

4.2.2 A instalação deverá contemplar, no mínimo: quadro elétrico de distribuição conforme padrões da ABNT; sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), conforme a ABNT NBR 5419; compartimento para baterias com sistema de segurança (tranca e alarme); gabinete interno padrão rack 19", com grau de proteção compatível com a ABNT NBR IEC 60529, garantindo proteção contra poeira e água.

4.2.3 Sinalização e Monitoramento: Deverá ser instalado sistema de sinalização de obstáculo no topo da estrutura, em conformidade com as exigências do Departamento de Controle do Espaço Aéreo. A solução deverá contemplar: sistema de monitoramento remoto via web e suporte para antenas (trisetorial, radome ou equivalente), conforme padrões técnicos da operadora e regulamentação da ANATEL;

### 4.3. Normatização Setorial e Regulatória

4.3.1 A infraestrutura deverá observar integralmente a regulamentação aplicável ao setor de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando a: atos normativos da Agência Nacional de Telecomunicações relativos à operação de ERBs; requisitos de exposição a campos eletromagnéticos, conforme regulamentação vigente da ANATEL (Resolução nº 700/2018); normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo aplicáveis a obstáculos aeronáuticos.

### 4.4. Segurança, Responsabilidade e Operação

4.4.1 Conformidade e Segurança: a implantação deverá contemplar sistema de aterramento interno e externo, equipotencialização e demais medidas de segurança, em conformidade com as normas da ABNT e boas práticas de engenharia.

4.4.2 A cessionária será integralmente responsável: pela instalação, operação e manutenção da infraestrutura; pela obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias; pela segurança estrutural e operacional do sistema; por eventuais danos causados a terceiros ou à Administração Pública, incluindo o Comando da Aeronáutica.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1 Objetivo do Levantamento

5.1.1 O levantamento de mercado consistiu na prospecção, identificação e análise das alternativas disponíveis para suprir a deficiência de cobertura de rede de dados móveis (4G/5G) e acesso à internet no perímetro da Base Aérea de Anápolis, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

### 5.2 Metodologia Adotada

5.2.1 Foram analisadas soluções adotadas por outras Organizações Militares e órgãos da Administração Pública, com o objetivo de identificar boas práticas, modelos contratuais e inovações tecnológicas aplicáveis ao contexto da Administração Militar. A avaliação considerou aspectos técnicos, operacionais, econômicos e regulatórios, observando as características do setor de telecomunicações, que demanda elevado nível de especialização e investimentos privados.

### 5.3 Critérios de Avaliação

5.3.1 O estudo adotou os seguintes critérios para análise das alternativas: viabilidade técnica, viabilidade econômica, impacto orçamentário, aderência à atividade-fim da Organização Militar, mitigação de riscos administrativos e operacionais, potencial de geração de benefícios à Administração e alinhamento com os princípios da eficiência e economicidade.

### 5.4 Análise das Alternativas

5.4.1 Execução Direta pela Administração Pública: Consiste na construção de infraestrutura própria (torre metálica) e aquisição de equipamentos com recursos da União.

5.4.1.1 Avaliação: elevado investimento inicial, custos contínuos de operação e manutenção, necessidade de capacitação técnica especializada e desvio em relação à atividade-fim da Unidade.

5.4.1.2 Conclusão: Alternativa descartada por não atender aos princípios da eficiência e economicidade.

5.4.2 Contratação de Serviços de Terceiros (Modelo de Locação/Serviço): Consiste na contratação de empresa para fornecimento de cobertura de sinal, mediante pagamento contínuo pela Administração.

5.4.2.1 Avaliação: geração de despesa continuada, ausência de aproveitamento econômico do bem público e menor atratividade para investimentos estruturais por parte das operadoras.

5.4.2.2 Conclusão: Alternativa considerada viável, porém menos vantajosa sob o aspecto econômico.

5.4.3 Cessão de Uso Onerosa de Área Pública (Solução Escolhida): Consiste na cessão onerosa de área da União (aproximadamente 9 m²) para instalação, por particular, de infraestrutura própria destinada à operação de Estação Rádio Base (ERB).

5.4.3.1 Características da Solução: investimentos integralmente suportados pela cessionária, responsabilidade pela operação e manutenção atribuída ao particular, transferência dos riscos técnicos e operacionais, remuneração da Administração por meio de taxa mensal de ocupação e custeio de energia elétrica pela cessionária.

### 5.5 Conclusão do Levantamento de Mercado

5.5.1 Resultado da Análise Comparativa: Após avaliação das alternativas, conclui-se que a cessão de uso onerosa de área pública representa a solução mais vantajosa para a Administração.

5.5.2 Justificativa Econômica: eliminação da necessidade de investimento público, inexistência de despesas continuadas, geração de receita por meio da ocupação do bem público e melhor aproveitamento de área ociosa.

5.5.3 Justificativa Técnica: viabilização de implantação célere de infraestrutura moderna (4G/5G), melhoria da cobertura e qualidade dos serviços de telecomunicações e adequação às práticas do setor, baseado em investimento privado.

5.5.4 Justificativa Operacional: transferência dos riscos ao particular, maior eficiência na operação e manutenção e ausência de necessidade de estrutura técnica especializada por parte da Administração.

5.5.5 Conclusão Final: A solução selecionada alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1 Caracterização Geral da Solução

6.1.1 A solução proposta consiste na cessão de uso onerosa de área pública pertencente à União, com dimensão aproximada de 9 m<sup>2</sup> (3 m x 3 m), situada no interior da Base Aérea de Anápolis (BAAN), em região estratégica próxima ao campo de entrada de telecomunicações.

6.1.2 O objeto envolve a disponibilização da área para que empresa do setor de telecomunicações implante, opere e mantenha, às suas expensas, infraestrutura composta por poste metálico com aproximadamente 30 (trinta) metros de altura, destinado à instalação de Estação Rádio Base (ERB), apta a operar com tecnologias 4G e 5G.

### 6.2 Modelo de Execução e Responsabilidades

6.2.1 A modelagem adotada prevê que a empresa cessionária será integralmente responsável pela implantação, operação, manutenção e eventual modernização da infraestrutura instalada, incluindo todos os encargos técnicos, operacionais e regulatórios associados.

6.2.2 A cessionária deverá, ainda: realizar o pagamento mensal pela utilização da área (cessão onerosa); arcar com todos os tributos, taxas e encargos incidentes sobre a atividade; obter as licenças e autorizações junto aos órgãos competentes, inclusive junto à Agência Nacional de Telecomunicações e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, quando aplicável.

### 6.3 Encargos Operacionais e de Infraestrutura

6.3.1 Compete à cessionária o custeio integral de: consumo de energia elétrica necessário à operação dos equipamentos (limitado à demanda estimada de 13,6 kW e corrente de até 63 A); manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura instalada; eventuais adequações técnicas decorrentes de evolução tecnológica ou exigências regulatórias.

### 6.4 Integração com Infraestrutura Existente

6.4.1 A solução contempla a utilização racional da infraestrutura já disponível na Organização Militar, especialmente no que se refere à rede de dutos destinada à passagem de fibra óptica e alimentação elétrica. Tal diretriz visa otimizar o uso de ativos públicos existentes, reduzir intervenções físicas adicionais e minimizar impactos operacionais, restringindo a implantação à área previamente definida no campo de entrada de telecomunicações da BAAN.

### 6.5 Resultados Esperados e Finalidade da Solução

6.5.1 A implementação da solução permitirá a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações móveis no interior da Guarnição, contribuindo diretamente para: o aumento da eficiência das comunicações operacionais e administrativas; o suporte às atividades estratégicas de defesa nacional desenvolvidas na Unidade; a melhoria das condições de conectividade para o efetivo militar e civil; e, o alinhamento da infraestrutura local às tecnologias modernas de comunicação (4G/5G). Adicionalmente, a solução promove o aproveitamento econômico de área pública ociosa, gerando receita para a Administração sem implicar em custos diretos ao erário.

### 6.6 Síntese da Solução

6.6.1 Em síntese, a modelagem proposta combina eficiência econômica, viabilidade técnica e aderência ao interesse público, ao transferir ao particular os investimentos e riscos da atividade, ao mesmo tempo em que assegura à Administração os benefícios decorrentes da melhoria da infraestrutura de telecomunicações e da geração de receita patrimonial.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Quantitativo da Solução: A solução proposta contempla a cessão de uso onerosa de área pública para instalação de infraestrutura de telecomunicações, sendo o quantitativo como se segue: 01 (uma) área de aproximadamente 9 m<sup>2</sup> (3 m x 3 m); 01 (uma) estrutura vertical (poste metálico) com aproximadamente 30 (trinta) metros de altura; 01 (uma) Estação Rádio Base (ERB), com capacidade para operação em tecnologia 4G /5G. Considerando a natureza da demanda, o quantitativo é unitário, não sendo aplicável parcelamento ou ampliação da escala neste momento, tendo em vista as características físicas e operacionais da área disponível.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.265,04

### 8.1 Metodologia de Avaliação

8.1.1 A estimativa de valor foi elaborada por equipe técnica da Base Aérea de Anápolis, de forma simultânea à elaboração deste Estudo Técnico Preliminar. O Laudo de Avaliação de Imóvel nº 002/SPI/2026, elaborado pelo Esquadrão de Infraestrutura (EIE) em 23 de março de 2026, fundamentou o valor de referência da cessão onerosa, considerando a destinação da área para instalação de infraestrutura de telecomunicações.

8.2 Os critérios utilizados na formação do valor foram: Características físicas da área (dimensão, localização e condições de acesso); Inserção estratégica dentro da Organização Militar, com controle de acesso e relevância operacional; Valores praticados em cessões onerosas similares no âmbito da Administração Pública; Potencial de exploração econômica da infraestrutura a ser instalada; Natureza do contrato, que transfere à cessionária todos os custos de implantação, operação e manutenção.

### 8.3 Valor de Referência:

- I – R\$ 105,42 (cento e cinco reais e quarenta e dois centavos) mensais;
- II – R\$ 1.265,04 (mil duzentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos) anuais.

8.3.1 O valor refere-se exclusivamente à remuneração pela utilização da área pública, não incluindo custos operacionais, os quais são integralmente responsabilidade da cessionária.

### 8.4 Justificativa do Valor

8.4.1 O valor estimado é compatível com o mercado e com as características do objeto, assegurando: Justa remuneração pela utilização de bem público; Viabilidade econômica da exploração pela iniciativa privada; Evitação de subavaliação ou superavaliação da área cedida; e, Geração de receita para a Administração sem custo adicional ao erário.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A Administração optou por não parcelar o objeto da cessão de uso, mantendo a instalação do poste metálico e a operação da Estação de Rádio Base (ERB) sob responsabilidade de uma única empresa cessionária, pelos seguintes motivos:

9.1.1 Sistema Único e Integrado: A infraestrutura física (poste metálico) e os equipamentos de telecomunicação (ERB 4G/5G) configuram um sistema tecnicamente único e interdependente.

9.1.1.1 O poste é projetado especificamente para suportar a carga e as especificações técnicas dos equipamentos;

9.1.1.2 A integração é vital para a eficiência do sinal e a segurança das instalações, sendo inviável a divisão da operação entre diferentes empresas sem comprometer a funcionalidade do sistema.

9.1.2 Responsabilidade Técnica e Manutenção: O parcelamento do objeto poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica em caso de falhas estruturais, manutenção preventiva ou corretiva, ou interferências no sinal.

9.1.2.1 Ao concentrar a solução em uma única cessionária, a Administração estabelece uma linha clara de responsabilidade;

9.1.2.2 Garante o cumprimento das normas técnicas da Agência Nacional de Telecomunicações e requisitos de segurança, reduzindo riscos administrativos e operacionais.

9.1.3 Eficiência e Custos de Gestão: A divisão da solução entre diferentes exploradores em uma mesma área poderia aumentar desnecessariamente os custos de gestão contratual, tornar mais complexa a fiscalização do uso da área e do consumo de energia e reduzir a eficiência administrativa e operacional da Unidade.

9.1.4 Viabilidade Técnica e Econômica: O levantamento de mercado indica que as operadoras de telecomunicações preferem operar infraestruturas próprias ou integradas, garantindo a qualidade do serviço prestado (SLA), um maior controle sobre operação, manutenção e modernização tecnológica e um atendimento eficiente às necessidades do efetivo militar e de civis da Guarnição.

9.1.5 Dessa forma, a não divisão do objeto é a medida que melhor protege o interesse público, evitando riscos à integridade do sistema e garantindo a celeridade na implantação da tecnologia 4G/5G na Base Aérea de Anápolis. A escolha assegura segurança operacional, eficiência na gestão e aderência às normas regulatórias, protegendo os investimentos e o resultado final esperado da contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A presente contratação, consistente na cessão de uso onerosa, mostra-se suficiente, de forma autônoma, para atender ao interesse público relacionado à melhoria do sinal de telefonia e à geração de receita. Ressalta-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, uma vez que o objeto não gera vínculos de dependência técnica, operacional ou jurídica com outros ajustes, sendo plenamente executável de maneira isolada.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente cessão de uso onerosa encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico da Base Aérea de Anápolis (BAAN) e às diretrizes de planejamento de contratações deste Órgão Contratante, na medida em que contribui diretamente para o apoio às atividades estratégicas do Comando da Aeronáutica e para o atendimento ao efetivo. A implantação de tecnologia 4G/5G visa mitigar a atual precariedade do sinal de telefonia, proporcionando melhores condições de comunicação móvel, com reflexos positivos na operacionalidade, na eficiência e na agilidade das comunicações institucionais.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os benefícios e resultados pretendidos com a execução da presente contratação abrangem ganhos diretos e indiretos, sob as perspectivas de economicidade, eficiência, eficácia e impacto social. Nesse sentido, destacam-se os seguintes benefícios:

12.1.1. Economicidade e geração de receita: A cessão de uso onerosa possibilitará a conversão de área ociosa em fonte de receita extraorçamentária para a União, mediante o pagamento de taxa de ocupação (renda) pela empresa cessionária.

12.1.2. Eficiência administrativa e desoneração: A Administração Pública será desonerada de custos relacionados à manutenção e conservação de áreas temporariamente não empregadas na atividade-fim, transferindo tais encargos ao particular, com consequente otimização da gestão patrimonial.

12.1.3. Melhoria operacional e tecnológica: A implantação de infraestrutura compatível com tecnologias 4G e 5G proporcionará maior agilidade no fluxo de informações, além de suporte às comunicações de dados e à supervisão remota de projetos estratégicos de defesa, como o KC-390 Millennium e o F-39 Gripen.

12.1.4. Atendimento social e melhoria da qualidade de vida: A solução contribuirá para a mitigação da deficiência de cobertura de sinal, promovendo melhores condições de comunicação móvel e conectividade ao efetivo estimado em cerca de dois mil militares e civis da Guarnição, bem como a autoridades e ao público nas áreas adjacentes.

12.1.5. Promoção do desenvolvimento sustentável: A modernização proposta será viabilizada sem a necessidade de elevados investimentos iniciais por parte do erário, mediante o aproveitamento da infraestrutura existente na Unidade, favorecendo uma expansão tecnológica eficiente e sustentável.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Após a homologação do certame, a Administração adotará as providências necessárias à adequada execução contratual, destacando-se a designação de Fiscal de Contrato, que será responsável por acompanhar e fiscalizar a instalação do poste metálico de 30 metros, em conformidade com as especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis. Caberá, ainda, ao fiscal monitorar a qualidade do sinal das tecnologias 4G e 5G implantadas, bem como verificar o cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada, especialmente no que se refere ao pagamento mensal da remuneração pela cessão de uso (renda), às taxas incidentes e ao consumo de energia elétrica.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A execução do objeto poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, especialmente relacionados à instalação de infraestrutura e à eventual geração de resíduos. Nesse contexto, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, em conformidade com a legislação vigente, com destaque para a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 10.936/2022, o Decreto nº 10.255/2023 e a Instrução Normativa nº 01/2010 MPOG.

14.2 Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes diretrizes e obrigações:

14.2.1. Uso de materiais sustentáveis: priorização de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, sempre que tecnicamente viável.

14.2.2. Certificação ambiental: atendimento aos requisitos ambientais para certificação de produtos junto ao INMETRO ou entidades equivalentes, quando aplicável.

14.2.3. Embalagens: utilização de embalagens com o menor volume possível, preferencialmente recicláveis, assegurando a adequada proteção dos materiais durante transporte e armazenamento.

14.2.4. Restrição de substâncias perigosas: observância das diretrizes da RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), evitando a utilização de substâncias como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr VI), PBBs e PBDEs em níveis superiores aos permitidos.

14.2.5. Gestão de resíduos sólidos: adoção de práticas que promovam a redução, reutilização, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

14.2.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): quando aplicável, elaboração de PGRS, sujeito à aprovação da autoridade competente, contemplando todas as etapas de gerenciamento dos resíduos, sob responsabilidade de profissional devidamente habilitado.

14.2.7. Destinação final ambientalmente adequada: ficam vedadas as seguintes práticas:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) disposição a céu aberto, excetuados os casos legalmente permitidos;
- c) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas.

14.2.8. Logística reversa: observância das obrigações relativas à logística reversa de embalagens, quando aplicável, especialmente no âmbito do Estado de Goiás, devendo a contratada estruturar e implementar sistemas próprios, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Conclui-se que a contratação é viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e ambiental. A solução é tecnicamente exequível, atende às necessidades da Administração quanto à melhoria do sinal de telefonia móvel e não demanda dispêndios diretos, além de possibilitar a geração de receita extraorçamentária por meio da cessão de uso onerosa. Os impactos ambientais são de baixa relevância e passíveis de mitigação mediante o cumprimento da legislação vigente. Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação, por atender ao interesse público.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIEL COUTO MARQUES**  
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA BAAN

**LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA**  
Ordenadora de Despesas da BAAN





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 120624 000047 2026
Data/Hora de Criação:	26/03/2026 17:09:40
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	a7fb25535e3b79ae65164eccd5f11886
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DANIEL COUTO MARQUES no dia 30/03/2026 às 11:47:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento EMIVAL ALVES NETO no dia 30/03/2026 às 16:44:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA no dia 31/03/2026 às 13:39:47 no horário oficial de Brasília.